

“GESTÃO PARTICIPATIVA”: A INFLUÊNCIA DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL NA CONSTITUIÇÃO DO PERFIL DO NOVO TRABALHADOR ELETRICITÁRIO DO BRASIL

César Alexandre dos Santos*

Universidade Estadual do Paraná
Campus de Paranavai

Este artigo discute como o discurso ideológico da “gestão participativa” influenciou na formação do perfil dos novos trabalhadores do Setor Elétrico brasileiro. A pesquisa realizada na Companhia Paranaense de Energia – Copel, entre 1990 e 2013, baseou-se em entrevistas junto aos trabalhadores e no uso da bibliografia relativa ao tema. A expansão mundial do capital, resposta neoliberal à crise de 1970, exigiu flexibilização das economias, privatizações das estatais e reestruturação produtiva das empresas. No Brasil a maioria das empresas do setor elétrico foram privatizadas e a energia elétrica assumiu um cariz mercadológico. Apesar da Copel permanecer estatal, sofreu essa reestruturação produtiva e seus trabalhadores aderiram as ideias e ideais neoliberais permitindo a captura de suas subjetividades, perderam o domínio da produção e aumentaram a alienação e o estranhamento em relação ao seu trabalho, não desenvolvendo assim uma consciência de classe efetiva. A “ideologia da gestão participativa” (base da reestruturação produtiva) articulada com as diretrizes do capitalismo neoliberal atuou nas macroestruturas e nas individualidades humanas, alterou o metabolismo social influenciando diretamente na constituição do perfil do novo trabalhador eletricitário, caracterizado pela alta escolaridade, pela flexibilidade, mas também pela precariedade.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Capital. Toyotismo. Privatização. Gestão participativa. Mercadorização. Gestão participativa. Sindicato.

Introdução

Ao fim da Segunda Guerra Mundial as principais nações da Europa haviam sido destruídas. Nos anos que se seguiram, a reconstrução desses países alimentou um círculo virtuoso de crescimento do capitalismo que durou até o início da década de 1970. Os Estados Unidos que pouco sofreu com a guerra, foi a nação que mais se beneficiou desse período de prosperidade econômica, conquistando a hegemonia mundial: econômica e bélica. O resultado desses “30 anos gloriosos” foi uma concentração ainda maior da riqueza mundial nas mãos

* César Alexandre dos Santos possui graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavai (1990), graduação em História pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavai (2003), especialização em História Econômica pela Universidade Estadual de Maringá (2003) e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2009). Professor da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR – Campus de Paranavai (casalexan@yahoo.com.br).

dos oligopólios internacionais. A partir daí, o capitalismo entrou num processo de crise estrutural marcado pelo excesso de mercadorias produzidas e pela falta de mercados consumidores para a produção excedente. Associado a isso cresceu a dificuldade de obter rentabilidade em curto prazo para o volume de capital acumulado apenas através do setor produtivo. Essa conjuntura de superprodução de mercadorias e de superacumulação de capital aprofundou a complexa crise capitalista em desenvolvimento. “A crise estrutural decorreu da sobreposição de várias crises, quais sejam: crise de superprodução, crise do sistema financeiro internacional estabelecido em Bretton Woods, crise energética, crise do padrão tecnológico, crise do fordismo e crise da hegemonia dos EUA. Esses processos estavam entrelaçados” (Corsi, 2013, p. 53).

A paralisia da econômica aprofundou a crise gerando desemprego em massa e instabilidade social. O capital internacional associado às grandes nações econômicas respondeu a essa conjuntura implementando medidas que afetaram profundamente os homens nas suas dimensões: religiosa, social, econômica e política. A saída adotada foi a mundialização¹ do capital, que dentre outras ações² diminuiu os investimentos na produção e redirecionou os capitais excedentes para rentabilidade das altas taxas de juros pagas pelos países periféricos que necessitavam financiar suas economias dolarizadas (*Bretton Woods*). Para flexibilizar as economias nacionais, o capital internacional exigiu a desestatização dos chamados “serviços públicos” nos países emergentes (Chesnais, 1996). Os governos perderam poder de intervenção econômica e política: “Para facilitar essa financeirização o mundo foi transformado numa grande economia interligada e livre das “barreiras nacionais” que dificultam o fluxo de capitais” (Bernardo, 2000, p.45). Isso favoreceu o capital especulativo, enfraqueceu o setor produtivo e desestruturou o mundo do trabalho.

Entretanto, como resposta a crise estrutural e a ameaça de revolução social,

¹“A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos de Thatcher e Reagan”. (Chesnais, 1996, p. 34)

² “A Mundialização funda-se em processos concomitantes e intimamente interligados, quais sejam: (I) a formação de oligopólios transnacionais em importantes setores; (II) a formação de mercados de capitais, de câmbio e de títulos de caráter global; (III) a formação de um mercado mundial cada vez mais integrado; (IV) a instituição de uma divisão internacional do trabalho baseada na reativa desconcentração industrial. Esses processos são acompanhados por uma onda de inovações tecnológicas, concentrada na biotecnologia e na informática. É o que se convencionou a chamar de III Revolução Tecnológica e que atinge os mais diversos aspectos da vida social” (Alves, 2002, p.7).

as grandes corporações, os grandes bancos, os fundos de investimento e os governos dos países centrais imprimiram uma estratégia visando a reestruturação do sistema. No centro, iniciou-se um processo de desmonte do Estado de Bem-estar Social, redirecionando-se os gastos públicos para sustentar a valorização do capital financeiro, sobretudo por meio da ampliação da dívida pública. Paralelamente, verifica-se sob a égide de políticas neoliberais o aprofundamento da abertura das economias nacionais. De particular importância foi a desregulamentação financeira. (Corsi, 2013, p. 54)

Ao enfrentar a crise, o capital opôs-se ideologicamente ao keynesianismo³ e resgatou os fundamentos liberais conservadores dos séculos XVIII e XIX. A esse movimento denominou-se de “neoliberalismo”, que rapidamente se impôs como ideologia⁴ hegemônica mundial, adotando o discurso da “liberdade de mercado” que se tornou atraente aos trabalhadores por ser massificado pelos meios de comunicação, pelas igrejas, pelos setores educacionais. Essa ideologia foi difundida em todo o mundo sob a orientação dos organismos internacionais de representação do capital, tais como: o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), o FMI (Fundo Monetário Internacional), a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), a OIT (Organização Internacional do Trabalho).

³ Teoria político-econômica desenvolvida pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda”, onde defende a intervenção do Estado como agente de condução efetiva da economia com vistas a garantir o pleno emprego, contrapondo-se inicialmente ao liberalismo e atualmente ao neoliberalismo.

⁴ Para Gramsci a ideologia refere-se a um processo que não visa apenas a ocultação da realidade, mas aparece como uma prática social que interage entre as diversas dimensões humanas: espiritual e material, individual e coletiva e que busca oferecer uma visão de mundo que oriente as ações humanas. Articula-se entre o real e o ideal, entre a teoria e a prática humana, por isso está presente na religião, no estado, na escola, na vida social. Lukács, com uma visão materialista, concebe a ideologia como o complexo da vida social que tem o trabalho com a categoria fundante de toda práxis humana. Para ele, a ideologia tem como base ontológica o trabalho e serve como instrumento de reprodução, mediação e luta social, tendo como ambiente “natural” a sociedade de classes. O homem ao agir sobre a natureza age sobre outros homens influenciando o seu destino, quando produz as mercadorias se reconhece e se humaniza no seu trabalho. A ideologia para ele não é uma elucubração individual arbitrária, é resultado do confronto coletivo da práxis humana. Para Marx a ideologia apresenta-se como sendo uma “visão deturpada da realidade”, uma falsa consciência onde a realidade aparece invertida e as ideias funcionam como o motor da vida real, legitimando, justificando e reforçando a manutenção da ordem social hegemônica. Para ele os indivíduos tomam consciência da vida real influenciadas por formas ideológicas socialmente estabelecidas, tais como a moral, a religião, a filosofia, o ordenamento jurídico, entre outras. Neste sentido, a ideologia é moldada a partir da visão da classe dominante que busca estabelecer o “senso comum” na sociedade de forma a legitimar seus valores e assim exercer mais facilmente a hegemonia sobre as ideologias subalternas. Esta é a principal ferramenta utilizada na busca constante da hegemonia de uma classe sobre a outra. O neoliberalismo, através de documentos, de dirigentes e de intelectuais a ele vinculados ocuparam espaços estratégicos nos governos e na sociedade e influenciaram professores, escritores, jornalistas, artistas, ideólogos, religiosos, sindicalistas, entre outros, para incorporem suas ideias e reforçar o fetiche de que capitalismo é a única forma de organização societária possível. Essa elaboração intelectual incorporou o senso comum na sociedade atual, sendo fruto da ação da ideologia dominante que dissimula e camufla a luta de classes e dá a ideia de que “todos são iguais”, que não existe divisão social. Neste sentido o capital se impôs pela sua ideologia, utilizando-se de ferramentas como o toytismo para construção de um “consentimento coletivo social”.

Documentos como o “Consenso de Washington” exigiram a retirada de conquistas trabalhistas e a flexibilização dos serviços públicos, especialmente através das privatizações:

Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas de Estado a “exploração das terras comuns”. Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles. Novos campos de atividade lucrativa foram abertos e isso ajudou a sanar o problema da sobreacumulação, ao menos por algum tempo (Harvey, 2004, p.130).

Se na década de 1980 o capitalismo se mundializou rompendo as barreiras nacionais, nas décadas seguintes construiu no interior da sociedade uma hegemonia de pensamento que tornou o ideário neoliberal uma bandeira única para capitalistas e trabalhadores. Neste sentido, as empresas foram o espaço prioritário para construção de um “senso comum”⁵ que levou ao “consentimento” e a adesão da maioria da sociedade aos princípios neoliberais (Harvey, 2004). Foi “necessário” adotar uma “nova” forma de organização para a produção, capaz de “substituir/transformar” o fordismo que apresentava sinais de esgotamento de algumas de suas práticas (linha de montagem; trabalho rígido, repetitivo e simplificado). A quebra da rigidez fordista, que até então estruturava a categoria trabalho, foi a principal marca dessa mudança:

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronometro e a *produção em série e de massa* são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (ver Murray, 1983, Sabel Piore, 1984; Annunziato, 1989; Clarke, 1991; Gounet, 1991 e 1992; Harvey, 1992 e Coriat, 1992a e 1992b). Ensaiam modalidades de desconcentração industrial, buscando novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a “gestão participativa”, a busca da “qualidade total”, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. (Antunes, 1995, p.16)

⁵ Para Gramsci não existe um único “senso comum”, mas um uma busca de “unidade ideológica de todo o bloco social”, ou seja, é o senso comum é sustentado por todos e é ao mesmo tempo o reflexo e o alimento da ideologia. (Gramsci, 1984). Ainda: “Aquilo que Gramsci denomina de “senso comum” (definido como “sentido” sustentado em comum) tipicamente fundamenta o consentimento. O senso comum é construído com base em práticas de longa data e socialização cultural que costumam fincar profundas tradições nacionais e regionais. (...) Assim sendo, o senso comum pode ser profundamente enganoso, escamoteando ou obscurecendo problemas reais sob preconceitos culturais” (Harvey, 2004, p.49).

Diversos modelos de organização do sistema produtivo foram concebidos, porém o mais difundido foi o toyotismo⁶, que propunha uma reestruturação da produção a partir da padronização das tarefas e do uso intenso da tecnologia alicerçada em programas de qualidade e práticas, tais como: controle rígido de estoques, transferência de conhecimento operário para programas computacionais (*softwares*), produção em tempo real (*Just in Time*), trabalho em equipe, entre outros. Harvey (1993) conceituou essa “reestruturação produtiva” como “acumulação flexível”⁷. Além de reformular o trabalho, a acumulação flexível afetou a dimensão psicossocial dos trabalhadores e influenciou aspectos comportamentais destes.

O que consideramos como sendo o toyotismo pode ser tomado como a mais radical (e interessante) experiência de organização social da produção de mercadorias sob a era da mundialização do capital. Ela é adequada, por um lado, às necessidades da acumulação do capital na época da *crise de superprodução*, e, por outro lado, é adequada à *nova base técnica da produção capitalista sob a III Revolução Tecnológica*, sendo, portanto, capaz de desenvolver suas plenas potencialidades de flexibilidade e de manipulação da subjetividade operária. (Alves, 2011, p.96)

O toyotismo foi a principal arma da ofensiva do capitalista sobre a produção e serve como instrumento para aprofundar a dominação sobre o trabalhador (Alves, 2000, p.39). Ao incorporar o conhecimento do operário aos meios de produção, o capital torna o trabalhador mais dependente e modifica a dinâmica da luta de classes dentro da empresa (Harvey, 1993, p.169). A flexibilização produtiva exige trabalhadores polivalentes capazes de executar atividades variadas, porém tende a torná-los precários na medida em que a tecnologia e a padronização simplifica a execução das tarefas. A precarização aumenta o desemprego e dá ao capital um poder maior de desestruturação dos coletivos de trabalho (Braga, 2006, p.15). A mundialização além de potencializar a remuneração capitalista, desestruturou a organização

⁶ O toyotismo é um sistema de organização da produção desenvolvido por Taiichi Ohno, engenheiro vice-presidente da empresa japonesa Toyota que revolucionou a forma de produção nesta empresa. Em resposta a crise do pós guerra, o Japão propunha-se a substituir o modelo de produção fordista/taylorista por outro baseado na “co-gestão e na participação” de todos no ato de “pensar e executar” a produção que deveria ser o mais racional e enxuta possível. O sistema Toyota busca dar respostas imediatas às demandas do sistema produtivo, trabalha com o conceito de “estoques mínimos (*just in time*) e produção em tempo real”, busca intensificar a produtividade através de conceitos: *Kanban*, *5 S* e *Kaisen*. O toyotismo também é conhecido por “*ohnismo*” em homenagem ao seu criador (Gounet, 1999).

⁷ “Entre as principais características do sistema flexível pode-se destacar a fabricação de produtos versáteis e de qualidade, não-rígidos, pouco ou nada padronizados; máquinas e ferramentas flexíveis e homens flexíveis; aproximação da concepção, execução e controle; incorporação da competência humana no trabalho; trabalho coletivo, organização em grupos ou ilhas; redução da hierarquia gerencial e desverticalização organizacional; descentralização baseada na cooperação e relação estreita entre comprador e fornecedor (*just-in-time*)” (Vieira; Garcia, 2004, p.4).

dos trabalhadores⁸ globalmente.

A Reestruturação Produtiva no Brasil

Os efeitos da reestruturação produtiva atingiram o Brasil com maior intensidade no início da década de 1990. Submisso ao ideário neoliberal⁹, pressionado pelos organismos internacionais multilaterais e instituições nacionais como a Confederação Nacional da Indústria, o governo nomeou representantes do capital para vários órgãos do governo federal. Um exemplo disso foi a nomeação do Ministro Bresser Pereira para o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado com a missão de desencadear o processo de privatizações das estatais prestadoras de serviços públicos, tais como: telefonia, siderurgia, aviação, energia elétrica, entre outras. O governo federal intensificou o discurso favorável à privatização, afirmando que as estatais eram ineficientes e deficitárias, e que isso traria qualidade e competitividade aos serviços, tarifas menores, recursos para sanar as finanças públicas e financiar a saúde, educação e ação social.

A escassez de investimentos no setor, o desvio de dinheiro e a utilização político-eleitoral dessas empresas construiu um ideário popular favorável às privatizações e dificultou qualquer mobilização social contrária. Para Oliveira (1988, 1998), até o final da década de 1990 as empresas estatais eram produtoras de “*antivalor*” ou de “*antimercadorias*”¹⁰, pois

⁸ “A expansão do capital nas últimas três décadas, por um lado, com o **operário polivalente**, a subcontratação, os cortes salariais, **as práticas toyotistas** e, por outro, com a flexibilização de direitos trabalhistas e o enfraquecimento dos partidos e sindicatos ligados às classes trabalhadoras em diferentes países, **são os elementos centrais da reestruturação produtiva** iniciada nos anos 1970. Em conjunto, tais transformações constituem o objetivo duplo de aprofundar as bases da dominação e de valorização capitalista na produção de mercadorias, afetando, com isso, a organização política da classe trabalhadora”. (Amorim, 2006, p. 91) (grifo nosso).

⁹ O alinhamento ideológico do discurso governamental às diretrizes do capital internacional pode ser confirmado pelas posições incisivas do ministro da Luiz Carlos Bresser Pereira (titular do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado no primeiro mandato do governo FHC, entre 1995 e 1998) que coordenou o processo de desnacionalização da economia brasileira neste período e que defendia a delimitação nas funções do estado, redução de seu tamanho através das privatizações, terceirizações e publicização, a redução do grau de interferência do estado na economia, o ajuste fiscal do governo, a reforma administrativa do Estado diminuindo sua participação em setores onde houvesse a presença da iniciativa privada, entre outras (Pereira, 1997, pg. 18-19).

¹⁰ A partir de 1940 o governo Brasileiro, pressionado pela sociedade e pela indústria nascente, gradativamente assumiu os serviços de atendimento nas áreas de água, eletricidade, telefonia, entre outros. A estatização desses serviços, que se tornaram públicos, repassou ao estado parte dos custos necessários a reprodução da força de trabalho. Esse processo desonerou os custos do setor privado, na medida em que barateou salários, que passaram a dar conta apenas de alimentação, moradia, entre outros. Os recursos utilizados para financiar as estatais tiveram origem no *fundo público*, por isso tinham uma função sociopolítica, na medida

priorizavam o desenvolvimento social ao invés do lucro. Com a abertura dos ativos públicos ao mercado financeiro através das privatizações e/ou mercadorização, essas empresas passaram a priorizar o lucro dos acionistas. Para Huws (2008, p. 1-2) a privatização dos “Serviços Públicos” que ocorreu na maior parte do mundo elevou esse serviço ao *status* definitivo de mercadoria. A autora conceitua esse processo como *commodification of public sector work* que pode ser traduzido por “mercadorização¹¹ do setor de serviços públicos”. Nesta nova configuração, as empresas privatizadas e, mesmo aquelas que permaneceram sobre o controle acionário do estado (empresas publicitadas¹²) se mercadorizaram totalmente.

Assim, na década de 1990 o governo brasileiro, alinhado às diretrizes dos organismos representantes do capital internacional, capitaneado pelo Banco Mundial¹³, iniciou a desregulamentação da economia nacional através da desestatização das empresas públicas, inclusive as elétricas estaduais e federais¹⁴. Isso gerou desdobramentos para o mundo do trabalho, especialmente pelo uso da ideologia da “gestão” como ferramenta de convencimento e de cooptação dos operários ao ideário neoliberal, influenciando diretamente na constituição

em que não visavam prioritariamente gerar mais-valia. Neste sentido, Oliveira (1988, 1998) afirma que essas empresas públicas funcionaram como uma espécie de *anticapital*, geradoras de *antimercadoria* ou *antivalor*, pois não tinham como prioridade a geração do lucro.

¹¹ Segundo Huws (2008) a mercadorização e refere-se ao processo de transferência direta (privatização) ou indireta (venda de ações no mercado) das empresas públicas para o setor privado ocorrido em todo o mundo, especialmente a partir da década de 1970 e que atingiu os países do primeiro mundo, e mais tardiamente as economias periféricas como o Brasil. Como resposta à nova dinâmica expansionista do capital na atualidade, os serviços públicos revestem-se cada vez mais de um caráter mercadológico (Santos, 2009).

¹² Empresas “publicitadas” referem-se aquelas que apesar de permanecerem sob o comando do estado, não podem ser classificadas como estatais, pois foram transformadas em uma organização de direito privado com ações no mercado, embora o estado permaneça como acionista majoritário. (Pereira, 1997, p.19). A Copel é um exemplo desse tipo de empresa, no entanto, em nossa pesquisa optamos por utilizar o termo comodificada para classificá-la. (Santos, 2009).

¹³ Na década de 1990 o Banco Mundial impôs uma série de restrições aos países subdesenvolvidos para captação de recursos, exigiu a diminuição do déficit público como forma de alcançar o chamado “ajuste econômico”. Essas medidas exigiram enxugamento do estado pela diminuição da participação deste em setores como educação, indústria, transporte, telecomunicações, energia elétrica, entre outros (Banco Mundial, 1997)

¹⁴ O presidente Fernando Collor promoveu a “reforma do estado” a partir da abertura comercial e da criação do Plano Nacional de Desestatização (PND), em 1990. Essas medidas foram aprofundadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), do PSDB que em 1993 promulgou a lei 8666 que regulamentou as licitações e contratos públicos dificultando a contratação de empréstimos pelas estatais. No mesmo ano editou a lei 8631 que extinguiu a equalização tarifária e permitiu a cobrança de tarifas de energia elétrica diferenciadas entre as empresas. Em 1995 sancionou a lei 9074 alterando concessões entre geradoras e distribuidoras criando o “produtor de energia elétrica independente”, permitindo ao setor privado produzir e comercializar energia. As primeiras grandes estatais privatizadas foram a Excelsa (ES) em 1995 e da Light (RJ) em 1996. Em 1996 publicou a lei 9427 e em 1998 o decreto 2335 que criou a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para regular o setor elétrico privatizado. Em 1997 baixou duas portarias 459 e 466 regulamentando livre acesso dos consumidores aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica. Através da resolução 94/98 introduziu as empresas privadas no mercado de geração. Em 1998, através da lei 9648 estruturou o Setor Elétrico com a criação do MAE (Mercado Atacadista de Energia) e ONS (Operador Nacional do Sistema) e ainda criaram mecanismos de competição e tarifação diferenciados para cada empresa, de acordo com o custo apresentado.

do perfil dos trabalhadores eletricitários, sobretudo após a desregulamentação dos serviços públicos de Energia Elétrica do Brasil. O discurso toyotista (gestão participativa) tornou-se um poderoso mecanismo de influência sobre a subjetividade dos homens, agindo tanto sobre a consciência como sobre a inconsciência humana (Alves, 2013, p.9).

A reestruturação produtiva da Companhia Paranaense de Energia – Copel

A maioria dos estudos que sobre a reestruturação produtiva do Setor Elétrico nacional referem-se a empresas que foram privatizadas como as de São Paulo¹⁵, onde o conflito entre capital e trabalho aparece de forma explícita e intensa. No entanto, esse processo também atingiu empresas “públicas” como a Copel que desde sua constituição em 1954 permanece sob o controle acionário do governo paranaense. No ambiente “público” os conflitos de classes são camuflados, mas estão presentes, já que são inerentes ao capitalismo. Desta forma, a reestruturação produtiva transformou substancialmente as relações de classe tanto no interior das empresas privatizadas como nas estatais. A diferença é que, no caso da Copel, esse processo se deu de forma mais requintada e fetichizada, porém o seu resultado foi extremamente perverso para os trabalhadores.

A reestruturação produtiva da Copel teve seu início em 1996 com investimentos maciços em informatização das tarefas produtivas através da aquisição de computadores, automatização de equipamentos, redes, usinas e subestações. Também diminuiu postos de trabalho, tanto que em 1995 a empresa possuía 8835 trabalhadores e em 2001 (ano da tentativa de privatização) chegou a 5854 (Informativo Copel, 1995, 2001). Isso foi possível graças ao incremento tecnológico, às padronizações e os diversos PDV's editados (Plano de Demissão Voluntária). No intuito de facilitar sua venda, em 1999 a Copel foi dividida em

¹⁵ Em São Paulo, os governos do PSDB (estadual e federal) utilizaram as estatais paulistas como o principal laboratório privatista do Setor Elétrico Nacional. No final da década de 1990 as principais empresas elétricas estatais no estado eram a **Eletropaulo** que distribuía energia elétrica para região do Vale do Paraíba, Baixada Santista, Região Metropolitana de São Paulo, Sorocaba e arredores; a **CPFL** - Companhia Paulista de Força e Luz que atendia a área central e norte do estado e a **CESP** - Companhia Energética de São Paulo - responsável pela maioria da geração e transmissão de energia. Neste estado, a ação ideológica deu-se de “fora para dentro” das empresas. O governo desenvolveu uma forte campanha “demonstrando” a ineficiência das empresas elétricas paulistas, buscando convencer a sociedade que as privatizações resultariam na melhoria da qualidade dos serviços e na diminuição de déficits. Junto aos trabalhadores agiu coercitivamente através de demissões e terceirizações das atividades, o que enfraqueceu as organizações sindicais e dificultou a resistência dos trabalhadores. A venda das empresas foi rápida, radical e profunda, quase 100% da distribuição de energia elétrica e, boa parte da transmissão e geração foi vendida.

cinco empresas distintas: Distribuição, Transmissão, Geração, Telecomunicação e Tecnologia & Informação e vendeu o seu laboratório de pesquisa e desenvolvimento (LACTEC).

No final de 1999 o governo do Paraná lançou oficialmente o processo privatista da empresa travando uma luta intensa com setores da sociedade civil e sindicatos contrários a privatização. Como a Copel era altamente lucrativa o discurso do governo estadual para justificar sua venda fundava-se na afirmativa que os recursos obtidos com a venda seriam aplicados em saúde, educação, ação social, entre outras. A disputa política e jurídica atrasou o leilão de venda da empresa, que acabou sendo postergado para o final de 2001, porém a crise financeira mundial e os atentados de 11 de setembro deste ano ao *World Trade Center* nos EUA provocaram o refluxo dos investidores internacionais e nenhum dos interessados na compra da empresa se propôs a pagar o preço mínimo estabelecido pela Assembleia Legislativa de R\$ 400 milhões para venda. No final de 2001, após a vitória de Roberto Requião no estado e de Lula no governo federal, o processo de venda da Copel foi interrompido e ela permaneceu sob o controle acionário do Paraná.

Com o cancelamento do leilão de privatização a tentativa de venda da empresa foi frustrada em 2001. A alternativa do governo paranaense para flexibilizar a Copel segundo os moldes neoliberais, foi agir de “dentro para fora”. Para isso, intensificou o ideário toyotista através do programa “qualidade total” criando grupos de trabalho constituídos por representantes dos trabalhadores, supervisores e gerentes, que se reuniram para discutir melhorias e padronizar processos de trabalho. As melhores práticas (saber operário) foram consensados e transformados em manuais informatizados e/ou *softwares*, que se tornaram propriedade da empresa.

O toyotismo através do discurso da “gestão participativa” captura a subjetividade dos trabalhadores com maior facilidade e potencializa a absorção da mais valia, aumentando substancialmente a lucratividade do capital. O trabalho em equipe abranda a hierarquia e a tensão entre patrões e empregados e “quebra” da rigidez fordista. Na Copel o “programa de qualidade” encantou os trabalhadores e criou um falso clima de harmonia onde todos se sentem “no mesmo time”. O termo trabalhador foi substituído por “colaborador”, o “embate entre as classes” deu lugar ao “consentimento”. A empresa introduziu novas formas de ganhos salariais (participação de lucros, produtividade, prêmios por metas) e assim, cooptou a maioria do operariado (Santos, 2009). O ambiente da empresa flexível cria o fetiche da “harmonia” entre capital e trabalho e camufla o antagonismo de classes, próprio do

capitalismo. “Para fazer funcionar os novos dispositivos técnicos organizacionais da empresa toyotizada, o trabalho vivo é obrigado não apenas a “vestir” a camisa da empresa, mas “dar a alma” (corpo e mente) ao capital” (Alves, 2007, p.173).

A adesão à reestruturação na Copel foi tão forte, que muitos assumiram “voluntariamente” a função de “facilitadores do programa de qualidade” com a função de motivar os demais a aderir às práticas toyotistas, reproduzindo assim a ideologia da gestão participativa. Vários trabalhadores além de aderirem às práticas flexíveis no interior da empresa desenvolveram trabalhos voluntários em escolas ou entidades externas reproduzindo conceitos e práticas toyotistas, tais como: 5 S, controle de estoques, grupos de estudo, padronizações, entre outros (Santos, 2009, p.69-70). Segundo Alves (2013, p.10) no capitalismo atual o trabalho ideológico de vários profissionais tais como o professor, o instrutor, entre outros, tem a função de ampliar o efeito dessa ideologia.

A captura da subjetividade constitui o núcleo central do controle ideológico do capital sobre os trabalhadores, por isso ele procura conquistar as mentes e corações do operariado e criar a ideia de que os objetivos de todos são comuns. Se num passado recente o fordismo apropriava-se do “saber fazer” operário de forma coercitiva, na atualidade o toyotismo faz o mesmo, porém com a cooperação voluntária deste. Ao transferir esse conhecimento (trabalho vivo), o operário aumenta sua dependência em relação ao capital e intensifica sua alienação e o estranhamento em relação ao seu trabalho, deixa de ser proprietário da sua força de trabalho (conhecimento) que passa a ser um trabalho morto, incorporado aos meios de produção capitalista.

Exemplo disso é que na atualidade os eletricitistas da Copel dependem totalmente da tecnologia e da padronização da execução das tarefas para realizar os atendimentos emergenciais e comerciais aos clientes. Utilizam um programa computacional desenvolvido por eles em conjunto com a TI (área de informática da empresa) que foi instalado num *Tablet* juntamente com o fluxograma dos padrões de todas as tarefas possíveis de serem executadas durante o trabalho. A cada passo do trabalho são obrigados a dar um “*enter*” e registrar os tempos: desde a saída de casa, o deslocamento, o início da tarefa, o final da tarefa, o retorno e o material utilizado. A cada comando, o programa informa automaticamente o próximo passo. Sem esse equipamento é impossível executar as tarefas. Além disso, o *Tablet* também funciona como um telefone e rastreia 24 h por dia a posição e o tempo de parada de cada equipe. Com isso a empresa passou a medir a produtividade e a ociosidade dos eletricitistas e

estabeleceu a meta atual de 94% de produtividade individual. Outros *softwares* também foram desenvolvidos para controlar a produção de outros trabalhadores da empresa, como os técnicos comerciais e operacionais.

A cooptação e alienação desenvolvidas pela ideologia neoliberal levou os trabalhadores do Setor Elétrico Nacional a adotarem uma postura passiva frente a privatização e/ou mercadorização das empresas¹⁶. Na Copel, durante a tentativa de venda em 2001, os operários além de não criarem mecanismos de resistência contra a desestatização, organizaram-se em grupos para comprar ações da empresa (detinham o direito a cotas) para em seguida vendê-las com ágio no mercado financeiro. O individualismo e a falta de solidariedade entre os trabalhadores foram visíveis no interior da “classe” e gerou uma onda de passividade que dificultou a mobilização contra a privatização e a mercadorização. As demissões, a precarização do trabalho e as terceirizações criou um fosso de rivalidade entre os trabalhadores próprios e terceirizados que executavam atividades idênticas, porém recebiam salários diferentes. Essa realidade fragmentou a capacidade de mobilização dos sindicatos, que ao mesmo tempo, também não criaram/atualizaram mecanismos de resistência para contrapor a ofensiva capitalista.

Conforme Huws (2006, p.29) nas últimas décadas o capitalismo alterou profundamente o mundo do trabalho e levou os trabalhadores a perderem o “sentimento de pertencimento à classe”, reduzindo o poder de mobilização sindical. A ideologia neoliberal passou a atuar no “chão da fábrica”, corroborando para alienação do trabalhador e dificultando a formulação de outra proposta de organização societária diferente da atual. Estudos de empresas submetidas ao toyotismo indicam que a rotina das decisões conjuntas (trabalhadores e patrões) cria a falsa impressão de nivelamento e de harmonia entre capital e trabalho e encobre os interesses antagônicos das classes. O ambiente toyotista na Copel criou o fetiche da “igualdade”, diminuiu a importância dos sindicatos na tradicional mediação da relação entre patrões e os trabalhadores, transformando-os em instituições anacrônicas, fora de tempo e de lugar. A reestruturação produtiva imposta pelo neoliberalismo visa adequar a empresa às exigências do mercado, simplifica e precariza atividades laborais, diminui e terceiriza a força de trabalho, enfraquece os sindicatos e retira conquistas trabalhistas (Harvey, 2004, p.123).

Nas últimas décadas a acumulação flexível reestruturou a produção e transformou a

16

base produtiva precarizando o trabalho, constituindo-se assim na maior ofensiva da história do capital contra a classe trabalhadora. A flexibilização das empresas renovou profundamente o quadro funcional do setor elétrico, seja pelas demissões motivadas pela privatização (maioria do país), seja pelos Programas de Desligamento Voluntário – PDV (caso paranaense). Por caminhos diferentes as empresas enxugaram e renovaram sua força de trabalho. Forjados e influenciados diuturnamente pelo ambiente multifacetário da ideologia neoliberal (presente na escola, televisão, igreja, família, trabalho), desde muito cedo esses jovens são bombardeados pelo discurso individualista do consumo (ter) em detrimento ao coletivo (ser). Incorporam preceitos e conceitos liberais, tais como: concorrência, habilidades, iniciativa, criatividade, proatividade, flexibilidade, produtividade, competências, empregabilidade, metas, entre outras. Suscetíveis aos fetiches do capital sonham com a prosperidade, com uma carreira promissora e acreditam no mito burguês de que “o sol nasce para todos”. O capitalismo dialoga ao mesmo tempo com a totalidade social e com a vida cotidiana através de valores comuns: cooperação, realização pessoal, destaque social, entre outros.

O jovem trabalhador é expressão da “sociedade da tecnologia” (caracterizada pela velocidade das mudanças, pela flexibilidade, pela competitividade), por isso, quando entra na empresa torna-se totalmente subsumido ao capital, formal e intelectualmente. Na Copel a ideologia da gestão participativa disseminada pelo toyotismo reforça esse comportamento, envolve os jovens e os conquista objetiva e subjetivamente. Os trabalhadores que ingressaram na empresa nos últimos estão na faixa etária entre 25 e 35 anos e possuem alta escolaridade, a maioria dos novos eletricitistas, por exemplo, tem formação em eletrotécnica, engenharia elétrica ou outro curso superior. Para o capital, uma força de trabalho jovem e escolarizada aprende as tecnologias com maior facilidade, está mais disposta a participar de treinamentos e mais suscetível às exigências da empresa flexível (polivalência, flexibilidade, cooperação, criatividade, entre outras).

Considerações finais

Apesar do perfil de educacional elevado dos novos eletricitários do Setor Elétrico verificamos no estudo de caso Copel, que eles não possuem uma visão crítica da realidade de

exploração e de precariedade à que estão submetidos, ao contrário demonstram-se alienados e estranhados em relação ao seu trabalho. Esses jovens são frutos do seu tempo (“filhos” do neoliberalismo), não têm memórias de lutas sociais e caracterizam-se por uma forte individualidade. Talvez por essa razão opõem-se mais às organizações sindicais e as lutas coletivas, se comparados às gerações anteriores. Para maioria dos jovens trabalhadores da Copel, os sindicatos são estruturas sem função e ultrapassadas (Santos, 2009). A indiferença em relação às instituições sindicais aparece no baixo índice de sindicalização dos novos trabalhadores da Copel¹⁷.

Na obra “Americanismo Fordismo” (1978), Gramsci relata como o comportamento fabril fordista/taylorista determinou o discurso ideológico que moldou o comportamento social de sua época, por isso, afirmou que “a hegemonia vinha da fábrica”. Nos últimos 30 anos a ideologia neoliberal atuou num movimento inverso, primeiro cooptou os diferentes segmentos sociais (escola, educação, estado) e em seguida utilizou-os como ferramentas para moldar perfil dos jovens, que já entram adaptados na empresa flexível. É fato também, que esse processo é realimentado de forma dialética, ou seja, o trabalhador ao ser influenciado pela sociedade a influência também através da sua prática social.

O “fetiche da qualificação” como fator determinante da empregabilidade é amplamente difundido nas empresas reestruturadas, ganha mentes e corações de trabalhadores, de patrões e até de sindicalistas e reduz a “categoria trabalho” a um simples mecanismo de subsistência para o trabalhador e não uma forma de efetivação social. A maioria crê que a empregabilidade depende exclusivamente do aprimoramento educacional, como se o capitalismo fosse capaz de absorver toda força de trabalho disponível. Quando o trabalhador altamente escolarizado depara com a realidade dos baixos salários, da falta de perspectiva de ascensão profissional, do subemprego, do desemprego, experimenta não só a precarização econômica, mas também a existencial, pois são desfeitos seus sonhos, sua esperança profissional e familiar. Isso faz aumentar o estresse e favorece o surgimento de doenças ocupacionais, como foi verificado no estudo de caso da Copel (Santos, 2009).

Apesar do avanço das forças produtivas, o capitalismo atual não é capaz de realizar os sonhos coletivos e nem individuais dos trabalhadores, não existe espaço para todos na “sociedade de consumo”. O exército de reserva capitalista à que Marx referia-se era composto por trabalhadores com baixo nível de ensino, no neoliberalismo ele também está presente,

¹⁷ Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia Elétrica de Maringá e Região – STEEM.

porém com uma diferença, constitui-se de uma força de trabalho disponível caracterizada pelo alto nível de instrução, porém profundamente precarizada. Apesar de vários estudos apontarem o incremento tecnológico e a redefinição dos processos de trabalho como os principais responsáveis pela flexibilização das empresas, nossa hipótese é que a ação da ideologia neoliberal foi determinante nesse processo. O capitalismo se impôs sobre sociedade, envolvendo-a com o discurso sedutor de uma “sociedade de consumo para todos”:

Quando os interesses de um grupo precisam prevalecer sobre o de todos os outros grupos como sendo o interesse da sociedade como um todo, a ideologia ocupa uma função vital na reprodução do ser social. Torna-se mediação nos conflitos de interesse gerados no campo econômico, que são enfrentados mediante a criação de complexos sociais ideológicos, com a função de regular as relações entre os homens, em resposta as necessidades da totalidade social (Costa, 2006, p.12).

O neoliberalismo se impôs ao conjunto da sociedade, articulando e influenciando o cotidiano e a totalidade social, aprofundou as divisões e conflitos entre as classes sociais, apesar de ter sido muito eficaz em mascará-los. “(...) dizem respeito aos conflitos ocorridos no modo de produção capitalista, o modo de produção mais desenvolvido da história humana, envolvem, num sentido cada vez mais profundo, a totalidade da vida social” (Alves, 2010, p.54).

Alinhado às diretrizes do capital internacional, o setor elétrico brasileiro privatizou e/ou mercadorizou as empresas. A Copel, apesar do governo do Paraná manter-se como acionista majoritário¹⁸ foi totalmente mercadorizada, tanto que desde 2010 suas ações são negociadas nas principais Bolsas de Valores do mundo. Para atingir essa condição a empresa precarizou atividades, demitiu trabalhadores próprios, terceirizou serviços, reduziu salários, aumentou o subemprego (estagiários), retirou direitos trabalhistas, estabeleceu metas e controle de tempos, diminuiu o tempo morto na execução das tarefas, entre outros. As atividades que incorporaram tecnologias foram precarizadas pela automação e simplificadas por comandos pré-determinados e padronizados. A expropriação do conhecimento tácito dos trabalhadores pelo toyotismo barateou os salários da empresa e do setor¹⁹. O discurso da empresa flexível cooptou os trabalhadores plenamente, o tempo de vida se reduziu a tempo de trabalho. Um exemplo disso é o fato dos eletricitistas da Copel permanecerem 24 hs ligados à

¹⁸ Composição acionária da Copel: Estado do Paraná 31,1%, BNDESPAR 24%, Eletrobrás 0,6%, BM&Bovespa 31,3%, NYSE 12,8%, Outros 0,2% (Copel - Relatórios Gerenciais: 2014)

¹⁹ DIEESE, julho de 2013

empresa através de *Tablets*, acompanhando o trabalho e a disposição da empresa, agindo como “grandes empresários”. O surgimento do modo de vida *Just in Time* refere-se a subsunção formal e intelectual dos trabalhadores ao capital, fruto do aumento da carga ideológica sobre os operários, exigindo o atingimento de metas e aumento da mais valia, especialmente pelo avanço do tempo de trabalho sobre o tempo de lazer principalmente pelo uso da tecnologia (Alves, 2013, p.5).

A partir da análise do processo de mercadorização da Copel²⁰ no contexto de mundialização do capital, verificamos como a “ideologia da gestão” disseminada pelo toyotismo, influenciou na determinação do perfil dos novos trabalhadores eletricitários do Brasil que apresentam uma alta escolaridade, porém, paradoxalmente são precarizados objetiva e subjetivamente no exercício de seu trabalho e na sua vida fora da empresa. Na prática sofrem a mais perversa exploração da história do capitalismo, na medida em que o sistema não precariza apenas o trabalho e os salários, destrói também o operário subjetivamente, desfazendo seus sonhos e suas esperanças. A Copel ao ser mercadorizada teve como resultando final para os trabalhadores: desemprego, estresse, doenças ocupacionais e alterações psicossociais, resultando em crises existenciais em diversos operários (Santos, 2009).

Ficou evidente no estudo da empresa como a ideologia neoliberal age na macro e na microestrutura, provocando a subsunção formal e intelectual dos trabalhadores e impedindo o desenvolvimento de uma “consciência de classe” destes. Para isso o capitalismo internacional primeiramente impôs suas diretrizes financeiras aos governos nacionais e posteriormente às estruturas produtivas cooptando e encantando trabalhadores e líderes sindicais através do discurso da cooperação como forma de garantir a competitividade das empresas e a empregabilidade dos trabalhadores. Neste sentido, podemos afirmar que o capital busca estabelecer um “novo contrato social” que visa “unir” trabalhadores e patrões, “coesos” no mesmo ordenamento neoliberal, onde os sindicatos “devam” ser excluídos dessa relação.

A ideologia ao agir sobre a totalidade e as individualidades dos homens influenciou diretamente na constituição de um perfil de cariz neoliberal para os novos trabalhadores eletricitários e transformou efetivamente o “serviço público de energia” em mais um nicho de

²⁰ O estudo do caso Copel refere-se à dissertação de mestrado realizada em 2009. A Copel, apesar de permanecer sob o controle acionário do estado mercadorizou-se, especialmente pela abundante venda de ações no mercado financeiro. A tradução da expressão “*commodification*”, conceituada no texto de Huws (2006), refere-se à mercadorização dos Serviços Públicos ocorridas em grande parte do mundo desencadeadas pelo capitalismo atual.

acumulação capitalista. Essa ideologia ao agir externa e internamente na construção de consentimento social, desconstruiu o conceito de classe dos operários no setor e mitificou a ideia de que as empresas devem atender prioritariamente o mercado. Ao capturar a subjetividade do trabalhador e valorizar o uso da tecnologia no processo produtivo o capital busca deslocar do centro do processo produtivo, a categoria “trabalho”. Neste sentido, o discurso ideológico da “administração participativa” e da busca da “empregabilidade” cumpre o papel determinante de facilitar e intensificar a subsunção do trabalho ao capital, ampliando a produtividade e conseqüentemente a mais valia e a acumulação, objetivos eternos do capitalismo.

O avanço do ideário neoliberal desloca cada vez mais a categoria trabalho para um papel periférico e secundário, retirando sua centralidade. É preciso avançar a construção de uma proposta de base marxista que ofereça a “classe trabalhadora” uma alternativa para além do capitalismo e que possibilite ao trabalhador obter sua emancipação plena. Para isso, é preciso formar sujeitos históricos dotados de efetiva consciência de classe, capazes de agir coletivamente no enfrentamento dessa realidade. A contraposição à ideologia neoliberal exige a atualização das formas de mobilização operária de tal forma que possibilite a ela intervir, nos mais diferentes ambientes sociais da vida humana e atuar de fato como classe trabalhadora.

Bibliografia consultada

ALVES, G. Trabalho e Mundialização do Capital: A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização. Londrina: Editora Praxis, 2ª. Edição, 1999.

_____. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

_____. **Trabalho e Sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “Década Neo Liberal” (1900-2000)**. Revista de Sociologia Política, UFPR, 19, p.71-94. Nov.2002. In: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/sociologia/search>. 13/10/2005

_____. **Trabalho e Subjetividade: Ensaios sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital**. Tese de Livre Docência – UNESP, 2007

_____ **Lukács e o Século XXI: trabalho, estranhamento e Capitalismo Manipulatório.** Ed. Praxis, Londrina - Pr, 2010

_____ **Crise estrutural do capital, maquinafatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v.12, n2, p. 235 – 248, jul/dez 2013

ALVES, G., CORSI, F. L **Dossiê "Globalização"**. Revista de Sociologia Política, UFPR, 19, p.7-10. Nov.2002. In: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/sociologia/search>. 27/11/2005.

AMORIM, H. **André Gorz e seus críticos.** Org. J. P. Silva e I. J. Rodrigues, Ed. Annablume, 2006.

ANEEL, **Agência Nacional de Energia Elétrica.** Biblioteca Virtual. In: www.aneel.gov.br. 09/11/2005

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez Editora – Unicamp, 1995.

_____ **As Dimensões da Crise no Mundo do Trabalho.**

In: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/04antune.html>. 15/12/2005.

_____ (org.) **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra.** 3ª. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

ARAÚJO, A. M. C. **Globalização e Trabalho: uma resenha da literatura.** BIB 52, 2001. 2º. Semestre.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997 – O Estado.** R. J., Fundação Getúlio Vargas, 1997

BARBOSA, E. R. N. **Privatização do Setor Elétrico: discussões preliminares.** Art. do VI Congresso Internacional Del CLAD. In: <http://www.clad.org.ve/anales6/barboeli.html>. 15/12/2005

BERNARDO, J. **Transnacionalização do Capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** Ed. Boitempo, S.P., 2000

BIANCHETTI, L. **As novas Tecnologias do Espaço-Tempo do Saber Tácito dos Trabalhadores.** In: Quando Estar Liberto da Necessidade do Emprego é um Tormento, 1ª. Ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

BIHR, A. **Da Grande Noite à Alternativa: O movimento Operário Europeu em Crise.** p. 69-82. São Paulo. Editora Boitempo, 1ª ed., 1998.

BRAGA, R. **O trabalho na trama das redes: para uma crítica do capitalismo cognitivo.** EPTIC – Revista de Economia Política da las Tecnologias de la Información y Comunicación. www.eptic.com.br – vol. VI, n.3, Sep. – Dec. 2004.

_____ **Uma sociologia da condição proletária contemporânea.** Revista Tempo Social, jun. 2006, v. 18, nº 1

_____ **Por Uma sociologia da condição proletária contemporânea.** 30º. Encontro Anual da ANPOCS, out. 2006

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.** Ed. Paz e Terra, SP, 1999

CASTRO, N. J. **Avanços na Reestruturação do Setor de Energia Elétrica.** R. J., Art. IE-URFG, 2003. In: <http://www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/eletrobras/artigos/castro6.htm>. 13/12/2005.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil.** Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1998. In: http://www.eletrobras.gov.br/EM_Biblioteca/biblioteca_setor.asp.10/11/2005.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia.** Ed. Ática, São Paulo, 2000

CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital.** São Paulo: Editora Xamã, 1996

COPEL - **Informativos Trimestrais:** 1997 a 2009.

_____ - **Relatórios Gerenciais:** 2014

CORSI, L.F. **Crise do Capitalismo Global no Mundo e no Brasil.** Bauru, SP. Editora Canal6,

2013

COSTA, G. M. **Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social.** Revista Urutágua no. 09, Maringá, 2006

COSTA, L. R. **A Crise do Fordismo e o Embate entre Qualificação e Competência: conceitos que se excluem ou que se completam?.** (art.) Revista Política & Trabalho, no. 26, abril, 2007, p. 127-142.

DANTAS, M. **Informação e Globalização na Era do Conhecimento.** URFJ IE – Instituto de Economia. Campos, R.J., 1999.

_____ **Informação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo.** Revista Lua Nova, nº. 60, 2003

DIEESE - **Perfil ocupacional dos empregados do setor de energia elétrica no Brasil: 1998/2004.** Estudos e Pesquisas – ano 3 / nº 28 – dezembro de 2006.

_____ – **As tarifas de energia no Brasil: sistemática de correção e evolução dos valores.** Nota Técnica – nº 58 – dezembro de 2007.

_____ - **Boletim do Setor Elétrico.** Julho de 2013

DOOB, M.H. **A Evolução do Capitalismo.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FAYET, L. A. **Reflexões sobre a Privatização da Copel – 2001.** In: <http://www.fayet.com.br/2001privatizacao.htm>. 25/11/2005.

FIRJAM. **Atualidades do Setor Elétrico Nacional.** GASE - Grupo de Acompanhamento do Setor Elétrico, Rio de Janeiro, 2003.

FNU – Boletim da Federação Nacional dos Urbanitários (2010)

FONTES, V. **Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada.** (art.) Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol.2, no. 3, 1996, p.34-58

GOMES, A. A. C. **Reestruturação das Indústrias de Rede: Uma Avaliação do Setor Elétrico Brasileiro.** Biblioteca depositária Central da Universidade Federal de Santa

Catarina- **CAPES**, 1998.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo: na civilização do automóvel**. Ed. Boitempo, S. Paulo, 1999.

GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. In *Obras escolhidas*. Tradução de Manuel Cruz, São Paulo: Martins Fontes, 1º edição, 1978

_____ **Concepção Dialética da História**. 5º Edição – Tradução Carlos Nelson Coutinho, Ed. Civilização Bras, R. Janeiro, 1984

HARVEY, D. **Condição Pós Moderna**. Ed. Loyola, S.P., 1993

_____ **O Novo Imperialismo**. Ed. Loyola, 1ª. edição, S.P., 2004

HELOANI, J. R. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. Ed. Cortez, S.P., 1994.

HUWS, U. **Fixo, volátil, ou dividido: O trabalho, a identidade e a divisão espacial do trabalho no séc. XXI**. Revista eletrônica Pegada, v. 7, nº 2, nov. 2006

_____ **The new gold rush: the new multinationals and the commodification of public sector work**. In: Work organization, labour & globalization, v. 2, no. 2, Autumn, 2008

IANNI, O. **A Sociedade Global**. Editora Civilização Brasileira, 2ª ed. p 53-68. Rio de janeiro, 1992

ISP BRASIL. **A Privatização dos Serviços Públicos no Brasil. Publicação da Internacional de Serviços Públicos no Brasil (ISP)**. São Paulo, 2006.
<http://www.ispbrasil.org.br/dentro/imagens/privatizacao%20dos%20servicos%20publicos.pdf>

KUMAR, K. **Da Sociedade Pós-industrial a Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Ed. Jorge Zahar, R.J., 1997.

LEITE, M. P., SILVA, R. A. **A Sociologia do Trabalho diante da Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica**. BIB 42, 1996, 2º. Semestre.

LEME, A. A. **A Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro: Uma abordagem sociológica acerca da privatização.** Biblioteca depositária Comunitária UFSC – CAPES, 2003.

LORENZO, H. C. **O setor de Energia Elétrica no Estado de São Paulo: 1900-1989.** UNICAMP, 1987

_____. **O Setor Elétrico Brasileiro: reavaliando o passado e discutindo o futuro.** In: <http://www.eletrabras.gov.br/IN/setoreletrico.asp>. 20/11/2005.

LUKACS, G. **História e Consciência de Classe.** São Paulo: Martins Fontes, 2003

MACHADO, J. A. S. (org.). **Trabalho, Economia e Tecnologia: Novas Perspectivas para a Sociedade Global** - São Paulo: Tendenz; Bauru: Praxis, 2003. 2a. Ed.

MACIEL, M. L. **Ciência, Tecnologia e Inovação: A relação entre conhecimento e desenvolvimento.** BIB 54, 2002. 2º. Semestre

MARCELINO, P. R. P. **Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil.** Tese de doutorado da Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2008

MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NOGUEIRA, V. A. **Reestruturação do Setor Elétrico: um estudo qualitativo das condições de trabalho e saúde dos eletricitários frente a privatização da CERJ.** Tese de mestrado – Fund. Osvaldo Cruz, Esc. Nacional de Saúde Pública, 1999. In: http://portalteses.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00002405&lng=pt&nrm=iso. 25/11/2005.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Empresa Multinacionais no Setor de Energia Elétrica Brasileiro: Duke, Tractebel, EDF e AES.** São Paulo, DEZ. 2007

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.** Ed. Vozes, Petrópolis – RJ, 1998.

_____. **O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público.**

Novos Estudos CEBRAP, n. 22 – RJ, Out. 1988

PEREIRA, L. C. B. **A Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle.**

Cadernos MARE de reforma do estado – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, Brasília, 1997

PINTO, A. P. **Eficiência Técnica e Crescimento da Produtividade no Setor Elétrico Brasileiro: Evidência Empírica do Período 1997/1999.** Biblioteca depositária Central da UFMG. CAPES, 2000.

ROSA, L. P. **A Reforma do Setor elétrico no Brasil e no mundo: uma visão crítica.** R. Janeiro, Relume Dumará, 1998.

_____ **Participação Privada na Expansão do Setor Elétrico ou Venda de Empresas Públicas?.** COPPE/URFG, 2003. 2ª edição

SANTOS, A. de O. **Trabalho e Globalização: A crise do Sindicalismo Propositivo.** Ed. Práxis, 2001

SANTOS, C. A. **A “comodificação” de uma empresa pública: o caso da Companhia Paranaense de Energia – COPEL.** Dissertação de Mestrado UEL, Londrina, 2009

SANTOS JUNIOR, S., FREITAS, H., LUCIANO, E. M. **Dificuldades para o uso da tecnologia da informação.** Art. publicado na RAE Eletrônica – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração. www.rae.com.br/eletronica , jul/dez 2004.

SILVER, B. J. **Forças do Trabalho: Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870.** Ed. Boitempo, S.P., 2005

TAVARES, M. C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil.** Campinas, Editora Unicamp, 1986.

VIEIRA, A., GARCIA, F.C. **Gestão do conhecimento e das competências gerenciais: um estudo de caso da indústria automobilística.** Art. publicado na RAE Eletrônica – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração. www.rae.com.br/eletronica , jan/jun 2004.

VIEIRA, J. P. **Energia Elétrica como antimercadoria e sua metamorfose no Brasil: a reestruturação do setor e as revisões tarifárias.** São Paulo: Tese de Doutorado pela USP, 2005.

_____ **Antivalor: um estudo da energia elétrica: construída como antimercadoria e reformada pelo mercado nos anos 1990.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

WOLFF, S. **O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações: o processo de trabalho sob os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos.** Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, 2004.

_____ **Percepção e Vivência Operária sob os Novos Parâmetros Gerenciais e Tecnológicos: o caso de uma empresa de telecomunicações.** XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife - PE, 2007.

_____ **Informatização do trabalho e reificação: uma análise à luz dos programas de qualidade total.** Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, 2005.

ZUBOFF, S. Automatizar/informatizar: as duas faces da tecnologia inteligente. Art. publicado na RAE Eletrônica – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração. www.rae.com.br/eletronica , nov/dez 1994.